

Comfrio Soluções Logísticas S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Cotistas e Administradores da
Comfrio Soluções Logísticas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Comfrio Soluções Logísticas S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Comfrio Soluções Logísticas S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Constituição da provisão para créditos com perdas estimadas

A política contábil referente a estimativa para perdas estimadas de créditos está descrita nas notas explicativas nº 2.5. d) e nº 4 às demonstrações financeiras. Em 2018, a Administração utilizou uma matriz de provisão para determinar as perdas esperadas com crédito para o saldo das contas a receber. A matriz se baseia nas taxas históricas de inadimplência e, quando aplicável, é ajustada de acordo com uma estimativa prospectiva que inclui a probabilidade de uma deterioração do ambiente em geral.

Essa avaliação envolve julgamentos complexos e subjetivos e pressupostos relacionados a qualidade dos créditos, portfólio de clientes e ambiente econômico, os quais podem apresentar variações em relação às projeções e aos valores reais futuros.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Resposta da auditoria ao assunto

Avaliamos a consistência entre a política contábil relacionada com a análise perdas esperadas com créditos, assim como as premissas utilizadas na elaboração das taxas com perdas de créditos esperadas, a qual foi elaborada pela Administração. Adicionalmente, utilizamos nosso conhecimento histórico sobre as operações da Sociedade para testar a consistência entre os valores utilizados para elaboração da respectiva taxa; comparamos as informações históricas, relacionadas ao faturamento e recebimento, que suportaram a elaboração das taxas; realizamos análise de sensibilidade acerca das principais premissas utilizadas pela Administração com o objetivo de observar se essas premissas, individual ou coletivamente, requereriam necessidade de ajustes em relação ao considerado e divulgado pela Administração; e avaliamos a sua adequada divulgação dos valores nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 2 e nº 5 às demonstrações financeiras, que mencionam que Sociedade mantém operações, transações e saldos com partes relacionadas em montantes significativos. As condições específicas dessas operações, dessas transações e desses saldos são definidas entre as partes relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 26 de março de 2019


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Fabiano Ricardo Tessitore
Contador
CRC nº 1 SP 216451/O-1

COMFRIO SOLUÇÕES LOGÍSTICAS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	21.608	6.227	Fornecedores	9	10.039	21.665
Contas a receber de clientes	4	26.859	31.643	Empréstimos e financiamentos	10	30.000	42.229
Partes relacionadas	5	436	33	Debêntures	11	14.374	-
Tributos a recuperar	6	1.983	6.053	Impostos e contribuições sociais a recolher	12	4.068	4.241
Adiantamentos a terceiros		4.456	2.428	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	13	9.847	9.274
Outros ativos		<u>3.373</u>	<u>4.415</u>	Impostos parcelados	14	217	277
		<u>58.715</u>	<u>50.799</u>	Partes relacionadas	5	<u>8.688</u>	<u>10.025</u>
						<u>77.233</u>	<u>87.711</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Tributos a recuperar	6	111	145	Empréstimos e financiamentos	10	20.058	15.614
Partes relacionadas	5	26.946	22.991	Debêntures	11	14.248	-
Depósitos judiciais		760	1.039	Impostos parcelados	14	484	699
Adiantamentos a terceiros		1.050	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.a	2.803	1.560
Imobilizado	7	54.573	53.146	Provisão para riscos	15	<u>2.793</u>	<u>1.346</u>
Intangível	8	<u>10.549</u>	<u>10.565</u>			<u>40.386</u>	<u>19.219</u>
		93.989	87.886				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	17.a	43.994	43.994
				Reserva de capital - pagamentos baseados em ações	17.b	2.154	933
				Ações em tesouraria	17.c	(2.837)	(2.737)
				Ajuste de avaliação patrimonial	17.d	2.096	2.528
				Prejuízos acumulados		<u>(10.322)</u>	<u>(12.963)</u>
						35.085	31.755
TOTAL DO ATIVO		<u>152.704</u>	<u>138.685</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>152.704</u>	<u>138.685</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

COMFRIO SOLUÇÕES LOGÍSTICAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto pelo lucro (prejuízo) básico e diluído por ação)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	18	175.080	163.290
Custos dos serviços prestados	19	<u>(145.646)</u>	<u>(148.927)</u>
LUCRO BRUTO		<u>29.434</u>	<u>14.363</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas comerciais	19	(2.040)	(3.058)
Despesas administrativas e gerais	19	(16.875)	(16.202)
Outras receitas operacionais, líquidas	19	<u>2.471</u>	<u>3.407</u>
		<u>(16.444)</u>	<u>(15.853)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		<u>12.990</u>	<u>(1.490)</u>
Receitas financeiras	20	3.385	3.126
Despesas financeiras	20	<u>(12.524)</u>	<u>(14.111)</u>
RESULTADO FINANCEIRO		<u>(9.139)</u>	<u>(10.985)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>3.851</u>	<u>(12.475)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes		(399)	-
Diferidos	16.b	<u>(1.243)</u>	<u>6.327</u>
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>2.209</u>	<u>(6.148)</u>
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária do capital social em R\$	21	<u>0,09</u>	<u>(0,26)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

COMFRIO SOLUÇÕES LOGÍSTICAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	2.209	(6.148)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>2.209</u>	<u>(6.148)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

COMFRIO SOLUÇÕES LOGÍSTICAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Pagamento baseado em ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital social	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		43.993	(2.737)	-	-	2.959	(7.246)	11.521	48.490
Aumento de capital	17.a	1	-	-	-	-	-	(1)	-
Constituição de reserva de capital	17.a	-	-	11.520	-	-	-	(11.520)	-
Distribuição de dividendos preferenciais	17.f	-	-	(11.520)	-	-	-	-	(11.520)
Realização do custo atribuído	17.d	-	-	-	-	(431)	431	-	-
Pagamentos baseados em ações	17.d	-	-	-	933	-	-	-	933
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(6.148)	-	(6.148)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>43.994</u>	<u>(2.737)</u>	<u>-</u>	<u>933</u>	<u>2.528</u>	<u>(12.963)</u>	<u>-</u>	<u>31.755</u>
Realização do custo atribuído	17.d	-	-	-	-	(432)	432	-	-
Aquisição de ações mantidas em tesouraria	17.c	-	(100)	-	-	-	-	-	(100)
Pagamentos baseados em ações	17.d	-	-	-	1.221	-	-	-	1.221
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	2.209	-	2.209
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>43.994</u>	<u>(2.837)</u>	<u>-</u>	<u>2.154</u>	<u>2.096</u>	<u>(10.322)</u>	<u>-</u>	<u>35.085</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

COMFRIO SOLUÇÕES LOGÍSTICAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		2.209	(6.148)
Ajustes para reconciliar o prejuízo com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	576	1.313
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.b	1.243	(6.327)
Depreciação e amortização	7 e 8	13.130	12.471
Perda na baixa de ativo imobilizado	7	1	121
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	20	10.171	10.197
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	5	(1.661)	(2.234)
Pagamentos baseados em ações	17.b	1.221	933
Provisão para riscos	15	1.447	817
		<u>28.337</u>	<u>11.143</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes	4	4.208	(3.408)
Partes relacionadas	5	(2.587)	24.144
Tributos a recuperar	6	4.104	(3.247)
Adiantamentos a terceiros		(3.078)	124
Outros ativos		1.041	(2.427)
Depósitos judiciais		279	209
Fornecedores	9	(11.626)	6.119
Impostos e contribuições sociais a recolher		(49)	3.984
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	13	573	157
Outras contas a pagar		-	(3)
		<u>21.202</u>	<u>36.795</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(399)	-
Juros pagos		<u>(10.344)</u>	<u>(9.155)</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>10.459</u>	<u>27.640</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de ativo imobilizado	7	(11.455)	(12.375)
Aquisições de ativo intangível	8	(3.230)	(3.244)
Aquisição de ações mantidas em tesouraria	17.c	(100)	-
Venda de ativo imobilizado	7	143	57
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADE DE INVESTIMENTOS		<u>(14.642)</u>	<u>(15.562)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Captação de financiamentos bancários		84.662	43.424
Pagamentos de financiamentos bancários		(92.274)	(60.804)
Captação de debêntures		38.100	-
Pagamentos de debêntures		(9.478)	-
Partes relacionadas	5	<u>(1.446)</u>	<u>(4.128)</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		<u>19.564</u>	<u>(21.508)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>15.381</u>	<u>(9.430)</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	3	6.227	15.657
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	3	21.608	6.227

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

COMFRIO SOLUÇÕES LOGÍSTICAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Comfrio Soluções Logísticas S.A. ("Sociedade"), com sede na cidade de Bebedouro, estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como principais objetivos armazenagens frigorificadas e secas, logística e transporte. A Sociedade opera em quatorze armazéns, sendo localizados nas cidades de Bebedouro/SP, Monte Azul Paulista/SP, Limeira/SP, Jarinu/SP, Bauru/SP, São José dos Campos/SP, Mirassol/SP, Uberlândia/MG, Cuiabá/MT, Santa Helena de Goiás/GO, São José dos Pinhais/PR e Londrina/PR.

A Sociedade encontra-se em fase de ajustes operacionais e de sua estrutura financeira para manter sua lucratividade em 2019, revertendo, ao longo dos próximos dois anos, a situação de capital circulante líquido negativo apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$18.518 (R\$36.912 em 2017). Vide ações efetuadas nas notas explicativas nº 7, nº 11 e nº 18, referentes a reestruturação operacional da Sociedade, mudança de perfil dos contratos com os principais clientes, venda de ativos e redução do custo de captação de recursos junto a terceiros.

Dentre as principais ações adotadas pela Administração com o objetivo de melhorar o resultado da Sociedade estão:

- Revisão da estrutura organizacional e de custos.
- Migração para o mercado livre de energia elétrica.
- Revisão da malha logística e formatação de novos contratos com transportadoras.
- Novos contratos com clientes e com prazos mais longos. A Sociedade possui contratos estruturados e assinados de prestação de serviços e/ou locação de espaço com cláusulas denominadas "take or pay".
- Implantação do Orçamento Base Zero (OBZ) com a assistência de consultores externos, cujos benefícios foram capturados no exercício de 2017 e 2018, e se manterão ao longo do exercício de 2019.
- Implantação do Projeto Kaizen com o apoio de consultoria externa para a revisão de processos das operações da Sociedade. Adicionalmente, a metodologia Kaizen será levada aos seus clientes em busca de eficiências que poderão ser compartilhadas entre a Sociedade e seus clientes.
- Contratação da Suppliercard, pelo qual são emitidos cartões de compras com limites adicionais de créditos aos seus clientes. As transações realizadas por meio do cartão de compras são antecipadas pela Sociedade, sem regresso de risco de crédito, melhorando a situação de caixa e capital de giro da Sociedade.
- Renegociação dos contratos de locações de algumas unidades operacionais. Os aditivos contratuais prorrogam os prazos de vigências e reajustam os valores dos aluguéis em base permanente, reduzindo assim o custo de aluguel da Sociedade.
- Reorganização societária do grupo de entidades sob controle comum da Agro Improvement Participações S.A. ("Agro Improvement"), aprovada por meio da Ata de Assembleia Geral Extraordinária do dia 1º de dezembro de 2017.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são preparadas e apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade.

2.4. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e ainda não aplicados pela Sociedade

Os pronunciamentos e as interpretações técnicos emitidos pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e "International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC", a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não tem adoção obrigatória, dessa forma não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Eles serão adotados à medida que suas aplicações se tornam obrigatórias.

- IFRS 16/CPC 06 - "Leasing": substitui os requisitos contábeis de arrendamento mercantil existentes e representam uma alteração significativa na contabilização e divulgação de arrendamentos que, anteriormente, eram classificados como arrendamentos operacionais, com mais ativos e passivos a serem reportados no balanço patrimonial e um reconhecimento diferente de custos e arrendamento. Em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

2.5. Principais políticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são, inicialmente, mensurados pelo valor justo. Os custos da transação, diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado), são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos e passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade adotou o CPC 48/ IFRS 15 - Instrumentos Financeiros. Essa norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de "impairment" para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Sociedade concluiu que as novas orientações não trouxeram impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros. A Sociedade não identificou nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido, mesmo levando em consideração a mudança no modelo de redução do valor recuperável ("impairment") dos ativos financeiros. Tendo em vista a baixa inadimplência histórica, a mudança no critério de perdas incorridas para perdas esperadas não trouxe efeitos relevantes para a Sociedade.

c) Ativos e passivos financeiros

Todos os ativos e passivos financeiros da Sociedade estão contabilizados pelo custo amortizado com base na taxa efetiva dos juros. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a ativos financeiros que requerem sua entrega dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

d) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Sociedade. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A Sociedade utiliza uma matriz de provisão para determinar as perdas de crédito esperadas para a vida inteira. A matriz se baseia nas taxas históricas de inadimplência, e quando aplicável, é ajustada de acordo com uma estimativa prospectiva que inclui a probabilidade de uma deterioração do ambiente econômico no próximo ano.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para "impairment" em contas a receber.

e) Imobilizado

Apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada, perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso e custo atribuído. Os saldos do imobilizado incluem o custo de reposição de parte do imobilizado. Quando parte significativa do ativo imobilizado é substituída, a Sociedade reconhece sua reposição como um novo item do ativo, com vida útil e depreciação específicas. Da mesma forma, quando uma reforma relevante é feita, seu custo é adicionado ao valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil dos bens por taxas que levam em consideração sua vida útil estimada.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo (calculados como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

f) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são classificados como financeiros, sempre que os termos do contrato de arrendamento, transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário.

Os contratos de arrendamento financeiro são registrados no imobilizado à contrapartida de financiamentos para aquisição de ativo fixo, pelo montante igual ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

g) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e posteriormente deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

h) Redução ao valor recuperável de ativos ("impairment")

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos de vida longa para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo será estimado com o montante recuperável de um ativo individualmente, e a Sociedade calculará o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente puder ser identificada, os ativos corporativos também serão alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa, podendo uma base de alocação razoável e consistente ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos a incorrer pela venda ou pelo uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo, para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou uma unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, este (ou a unidade geradora de caixa) será reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a nova estimativa de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores. A reversão da perda é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Administração identificou como menor unidade geradora de caixa ser avaliada, o negócio decorrente do conjunto de operações relacionadas a exploração dos ramos de armazenagem de produtos, operador logístico com locação de mão de obra, transporte de cargas, projetos e consultoria em logística, realizados em sinergia e parceria com as demais empresas relacionadas do Grupo Comfrio. Neste cenário, a Sociedade elaborou o teste de recuperação dos ativos e não houve necessidade de constituição de provisão para redução dos ativos ao seu valor recuperável.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% quando o lucro tributável excede R\$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre a base tributável.

Sobre os prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, quando aplicável, são registrados créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, com base na perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros.

j) Ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras ou sujeitos à atualização monetária

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até as datas dos balanços, bem como os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais às taxas de câmbio em vigor nas datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado do exercício.

k) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Mensurados utilizando o método da taxa de juros efetivos líquidos dos custos de transação incorridos.

Quando existentes, os custos de financiamentos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, quando aplicável.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos que financiarão um ativo qualificável são deduzidos dos encargos com empréstimos qualificados para capitalização.

l) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo ou de curto prazo, quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente, com base na taxa de desconto que reflita as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e aos riscos dos passivos e às expectativas do ativo em suas datas originais.

m) Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício de relatório, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Especificamente, as provisões para riscos estão registradas de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela Administração e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo.

n) Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de prestação de serviços é reconhecida quando (i) já houve a execução do serviço contratado; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os benefícios econômicos associados à transação fluirão à Sociedade; e (iv) os custos incorridos ou a incorrer podem ser mensurados com confiabilidade.

o) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação

- Básico: calculado com base nas quantidades médias ponderadas de ações ordinárias em poder dos acionistas em circulação durante o exercício.
- Diluído: calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e ações ordinárias potenciais diluidores em circulação durante o exercício.

p) Pagamento baseado em ações

O plano de opção de compra de ações permite que profissionais selecionados a exclusivo critério do conselho ou do comitê, conforme o caso, dentre os administradores, empregados e prestadores de serviços, adquira ações da Agro Improvement. O valor justo das opções de ações é mensurado na data da outorga usando o modelo de precificação de opção mais apropriado. Baseado no número esperado de opções que serão exercidas, o valor justo das opções outorgadas é reconhecido como despesa durante o período de carência da opção com contrapartida no patrimônio líquido.

q) Uso de julgamentos e estimativas

Quando da elaboração das demonstrações financeiras da Sociedade, a Administração utiliza estimativas, uma vez que diversos elementos incluídos nas demonstrações financeiras não podem ser calculados com precisão. A Administração revisa tais estimativas diante da evolução das respectivas circunstâncias ou à luz de novas informações ou experiências. Deste modo, as estimativas realizadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017 utilizadas para a preparação das demonstrações financeiras serão revisadas continuamente. Os efeitos das revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e os resultados efetivos podem diferir das estimativas.

q.1) Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Sociedade efetua estimativas significativas para a determinação de premissas utilizadas na avaliação de alguns saldos de ativos e passivos, despesas e receitas.

Os itens significativos que estão sujeitos a estimativas e premissas incluem o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a vida útil dos ativos, a determinação do valor justo do pagamento baseado em ações, a provisão para riscos trabalhistas cíveis e tributários e a constituição e a realização do imposto de renda diferido.

q.2) Julgamentos

A Administração da Sociedade utiliza seu julgamento para definir as políticas contábeis adequadas a serem aplicadas a determinadas transações sempre que as normas e interpretações dos CPC vigentes não tratem especificamente dos respectivos assuntos contábeis, assim como julgamento sobre a capacidade da Sociedade de continuar em operação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa	-	1
Bancos conta movimento	1.738	1.782
Aplicações financeiras	<u>19.870</u>	<u>4.444</u>
	<u>21.608</u>	<u>6.227</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, remuneradas pela taxa média de 87,07% do CDI em 31 de dezembro de 2018 (96% em 2017).

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Clientes nacionais - serviços de:		
Armazenagem	24.973	31.092
Transporte	1.291	1.615
Locação e sublocação	1.685	1.794
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.090)</u>	<u>(2.858)</u>
	<u>26.859</u>	<u>31.643</u>

A abertura das contas a receber por idade de vencimento é apresentada a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
A vencer	9.181	15.024
A faturar	14.434	13.875
	<u>23.615</u>	<u>28.899</u>
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	2.144	1.569
De 31 a 60 dias	168	402
De 61 a 90 dias	54	85
De 91 a 180 dias	347	137
De 181 a 360 dias	594	1.092
Há mais de 360 dias	1.027	2.317
	<u>4.334</u>	<u>5.602</u>
	<u>27.949</u>	<u>34.501</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é apresentada a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo inicial	2.858	1.586
Complemento de provisão no exercício	576	1.313
Baixa de provisão no exercício	<u>(2.344)</u>	<u>(41)</u>
Saldo final	<u>1.090</u>	<u>2.858</u>

A Sociedade utiliza uma matriz de provisão para determinar as perdas de crédito esperadas para a vida inteira. A matriz se baseia nas taxas históricas de inadimplência, e quando aplicável, é ajustada de acordo com uma estimativa prospectiva que inclui a probabilidade de uma deterioração do ambiente econômico no próximo ano.

A Sociedade possui parte das contas a receber de clientes, no valor de R\$2.868, dado em garantia em operações financeiras junto aos bancos.

5. PARTES RELACIONADAS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Ativo circulante</u>		
JF Comércio e Distribuição de Alimentos Ltda. (a)	420	-
JF Comércio e Distribuição de Alimentos Ltda. (c)	16	33
	<u>436</u>	<u>33</u>
<u>Ativo não circulante</u>		
JFLOG Participações S.A. (b)	9.178	3.229
JF Comércio e Distribuição de Alimentos Ltda. (b)	-	1.178
Stock Tech S.A. Armazéns Gerais (b)	17.768	18.584
	<u>26.946</u>	<u>22.991</u>
<u>Passivo circulante</u>		
Dividendos a pagar – ações preferenciais (e)	5.305	8.116
Stock Tech S.A. Armazéns Gerais (a)	1.014	-
JFLOG dos Pinhais Empreendimentos e Participações Ltda. (a)	380	-
JFLOG dos Pinhais Empreendimentos e Participações Ltda. (b)	1.989	1.909
	<u>8.688</u>	<u>10.025</u>

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Receitas (custos) operacionais</u>		
JF Comércio e Distribuição de Alimentos Ltda. (c)	6.437	11.028
JF Comércio e Distribuição de Alimentos Ltda. (a)	1.694	-
Stock Tech S.A. Armazéns Gerais (a)	(1.287)	-
JFLOG dos Pinhais Empreendimentos e Participações Ltda. (a)	847	-
JFLOG dos Pinhais Empreendimentos e Participações Ltda. (d)	-	(949)
	<u>7.691</u>	<u>10.079</u>
<u>Resultado financeiro</u>		
JFLOG Participações S.A. (b)	574	745
JF Comércio e Distribuição de Alimentos Ltda. (b)	4	122
Stock Tech S.A. Armazéns Gerais (b)	1.192	1.918
JFLOG dos Pinhais Empreendimentos e Participações Ltda. (b)	(109)	(551)
	<u>1.661</u>	<u>2.234</u>

- (a) Refere-se a contratos de rateio de despesas entre a Sociedade e suas partes relacionadas, na qual são previstas as premissas, condições e critérios básicos do compartilhamento de recursos entre as empresas do Grupo Comfrio e do respectivo rateio de despesas.
- (b) Refere-se a contratos de mútuo com remuneração de 2% ao ano mais variação de 100% do CDI, sem prazo de vencimento definido. Os rendimentos financeiros foram registrados no resultado financeiro.
- (c) Correspondem aos valores a receber pela locação de espaço do armazém e serviços de transporte prestados, cuja receita foi registrada no resultado do exercício.
- (d) Refere-se ao contrato de locação de imóvel firmado entre a Sociedade e sua coligada JFLOG dos Pinhais Empreendimentos e Participações Ltda. ("JF Pinhais").
- (e) Refere-se ao saldo de dividendos a pagar às ações preferenciais.

Remuneração da Administração

A remuneração essa que é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado e reconhecido contabilmente como despesa em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$2.587 (R\$1.104 em 2017).

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	47
Antecipações de imposto de renda e da contribuição social	263	5.281
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	519	850
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.312	-
Outros	-	20
	<u>2.094</u>	<u>6.198</u>
Circulante	1.983	6.053
Não circulante	111	145
	<u>2.094</u>	<u>6.198</u>

Os saldos de PIS e COFINS referem-se a créditos sobre o ativo imobilizado apurados pela Sociedade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade apurou lucro estimado até o mês de março de 2017 e, conseqüentemente, antecipou o recolhimento de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$4.632.

Os saldos de INSS referem-se à recuperação de créditos de contribuição previdenciária incidente sobre verbas de natureza indenizatória, créditos de cooperativa e créditos de divergência de alíquota Fator Acidentário de Prevenção - FAP.

7. IMOBILIZADO

	Terrenos	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Benfeitorias em imóveis próprios	Outros	Total
<u>Em 31 de dezembro de 2017</u>											
Custo total	671	7.251	20.117	29.697	2.777	1.340	9.003	20.485	2.281	5	93.627
Depreciação acumulada	-	(2.079)	(5.815)	(16.335)	(973)	(440)	(3.963)	(10.332)	(539)	(5)	(40.481)
Valor residual	<u>671</u>	<u>5.172</u>	<u>14.302</u>	<u>13.362</u>	<u>1.804</u>	<u>900</u>	<u>5.040</u>	<u>10.153</u>	<u>1.742</u>	-	<u>53.146</u>
<u>Em 31 de dezembro de 2018</u>											
Custo total	671	7.271	22.515	35.125	2.979	1.351	9.374	23.195	2.382	5	104.868
Depreciação acumulada	-	(2.370)	(7.902)	(18.742)	(1.240)	(630)	(5.540)	(13.234)	(632)	(5)	(50.295)
Valor residual	<u>671</u>	<u>4.901</u>	<u>14.613</u>	<u>16.383</u>	<u>1.739</u>	<u>721</u>	<u>3.834</u>	<u>9.961</u>	<u>1.750</u>	-	<u>54.573</u>
<u>Movimentação</u>											
Em 31 de dezembro de 2016	671	5.781	9.960	11.541	1.707	965	5.413	14.485	364	-	50.887
Aquisições	-	61	6.069	3.143	294	227	955	1.555	71	-	12.375
Depreciação	-	(670)	(1.634)	(1.326)	(197)	(247)	(1.302)	(4.500)	(62)	-	(9.938)
Baixas do custo por alienação	-	-	(240)	(1)	-	(73)	(36)	(39)	-	-	(389)
Baixas da depreciação por alienação	-	-	139	1	-	28	10	33	-	-	211
Transferências	-	-	8	4	-	-	-	(1.381)	1.369	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	<u>671</u>	<u>5.172</u>	<u>14.302</u>	<u>13.362</u>	<u>1.804</u>	<u>900</u>	<u>5.040</u>	<u>10.153</u>	<u>1.742</u>	-	<u>53.146</u>
Aquisições	-	20	2.398	5.428	201	225	371	2.711	101	-	11.455
Depreciação	-	(291)	(2.088)	(2.407)	(266)	(259)	(1.577)	(2.903)	(93)	-	(9.884)
Baixas do custo por alienação	-	-	-	-	-	(215)	-	-	-	-	(215)
Baixas da depreciação por alienação	-	-	1	-	-	70	-	-	-	-	71
Em 31 de dezembro de 2018	<u>671</u>	<u>4.901</u>	<u>14.613</u>	<u>16.383</u>	<u>1.739</u>	<u>721</u>	<u>3.834</u>	<u>9.961</u>	<u>1.750</u>	-	<u>54.573</u>
Taxas anuais de depreciação - %	-	4	5	13	8	14	14	15	4	-	

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo imobilizado inclui o montante de R\$3.176 (R\$3.830 em 2017), correspondente à mais-valia proveniente de reavaliação espontânea registrada em 2005, deduzida das subseqüentes depreciações e baixa de bens. A depreciação e o valor residual de bens reavaliados baixados, debitados ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, totalizaram R\$654 (R\$652 em 2017). A reserva de reavaliação constituída em conta específica do patrimônio líquido, deduzida dos efeitos fiscais aplicáveis, é realizada a crédito de resultados acumulados, em função da depreciação ou baixa dos respectivos ativos que lhe deram origem. O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre referidas reavaliações, em 31 de dezembro de 2018, é de R\$1.079 (R\$1.302 em 2017), conforme demonstrado na nota explicativa nº 16 (a).

O imóvel localizado em Bebedouro (II), com valor residual de R\$7.322 (R\$7.585 em 2017), localizado em Bebedouro (II) - SP está alienado fiduciariamente como garantia das operações financeiras da Sociedade e de suas coligadas junto aos bancos.

Anualmente, a Sociedade analisa as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado. Em 31 de dezembro de 2018, houve revisão das referidas taxas de depreciação, não havendo necessidade de alteração em relação as taxas utilizadas em 31 de dezembro de 2017.

A Sociedade monitora o seu ativo imobilizado por meio de indicadores internos e externos, objetivando identificar eventuais impactos no seu valor recuperável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Administração da Sociedade não identificou necessidade de redução ao valor recuperável de seus ativos imobilizados.

Avaliação de ativos

Em 29 de junho de 2018, foi emitido laudo de avaliação por empresa especializada em avaliações de imóveis para a determinação dos valores de mercado e de venda forçada do imóvel de propriedade da Sociedade, localizado em Bebedouro/SP. Para a determinação do valor justo, real e atual valor do imóvel foram utilizados os métodos correntes adotados pela moderna técnica avaliatória. O valor de mercado e de venda forçada do imóvel foi determinado a partir dos dados fornecidos pela Sociedade, informações obtidas na pesquisa de mercado e com base em hipótese adotadas e justificadas. O valor total do imóvel foi obtido por meio do somatório dos valores de mercado das parcelas de terreno e benfeitorias, conforme apresentado a seguir:

	<u>Valor residual</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor para liquidação forçada</u>
Terrenos	671	2.757	2.206
Benfeitorias	<u>6.651</u>	<u>10.729</u>	<u>8.583</u>
	<u>7.322</u>	<u>13.486</u>	<u>10.789</u>

Os principais ativos da Sociedade tratam-se de equipamentos de movimentação, equipamentos de refrigeração e porta pallets. Esses ativos também foram avaliados com o objetivo de determinar o valor de mercado. Conforme laudo de avaliação emitido em 6 de julho de 2018, por empresa especializada na avaliação de ativos, os bens avaliados encontram-se em operação, apresentando bom estado de conservação e manutenção. O valor de mercado e o saldo residual desses ativos estão apresentados a seguir:

	<u>Valor residual</u>	<u>Valor de mercado</u>
Máquinas e equipamentos	16.383	23.907
Móveis e utensílios	1.739	1.510
Veículos	721	1.029
Equipamentos de informática	<u>3.834</u>	<u>2.492</u>
	<u>22.677</u>	<u>28.938</u>

O valor de mercado refere-se à quantia mais provável pelo qual o bem seria transacionado em um mercado livre, dentro de um prazo plausível com concorrência perfeita, tendo o vendedor e o comprador bons conhecimentos acerca desse bem e desse mercado. Já o preço de venda forçada (valor de liquidez) é a quantia em dinheiro paga pela propriedade sob condições imediatas e existentes numa determinada data.

Aquisição

As aquisições ao longo dos exercícios findos em 31 de exercício de 2018 e 2017 referem-se substancialmente aos gastos com adequações realizadas em imóveis de terceiros e instalações próprias, visando a ampliação da sua base de operações para o atendimento de um maior volume de clientes. Ademais, foram necessárias também as aquisições de equipamentos de movimentação e equipamentos de informática.

Arrendamento mercantil

A Sociedade possui alguns ativos, como conjuntos de racks, porta pallets, empilhadeiras e centrífugas, com contrato de arrendamento mercantil financeiro. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo líquido de depreciação desses ativos é de R\$3.580 (R\$2.112 em 2017) e está registrado nas rubricas "Máquinas e equipamentos" e "Equipamentos de informática".

8. INTANGÍVEL

	<u>Custo de aquisição de software</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>
Em 31 de dezembro de 2016	14.184	(4.330)	9.854
Aquisições	3.244	-	3.244
Amortização	-	(2.533)	(2.533)
Em 31 de dezembro de 2017	17.428	(6.863)	10.565
Aquisições	3.230	-	3.230
Amortização	-	(3.246)	(3.246)
Em 31 de dezembro de 2018	<u>20.658</u>	<u>(10.109)</u>	<u>10.549</u>
Taxa anual de amortização - %	20	-	-

As aquisições ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, correspondem, substancialmente, a investimento em desenvolvimento de software, projeto de aquisição do ERP e projeto de sistema de gestão de armazenagem.

Anualmente, a Sociedade analisa as taxas de amortização dos itens do ativo intangível. Em 31 de dezembro de 2018, houve revisão das referidas taxas de amortização, não havendo necessidade de alteração em relação as taxas utilizadas em 31 de dezembro de 2017.

A Sociedade monitora o seu ativo intangível por meio de indicadores internos e externos, objetivando identificar eventuais impactos no seu valor recuperável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Administração da Sociedade não identificou necessidade de redução ao valor recuperável de seus ativos intangíveis.

9. FORNECEDORES

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedores	8.686	18.157
Provisão contas a pagar	<u>1.353</u>	<u>3.508</u>
	<u>10.039</u>	<u>21.665</u>
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
A vencer	<u>6.714</u>	<u>9.057</u>
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	2.777	2.096
De 31 a 60 dias	29	468
De 61 a 90 dias	7	68
De 91 a 180 dias	2	74
De 181 a 360 dias	21	8.010
Há mais de 360 dias	<u>489</u>	<u>1.892</u>
	<u>3.325</u>	<u>12.608</u>
	<u>10.039</u>	<u>21.665</u>

O saldo de fornecedores vencidos há mais de 181 dias, em 31 de dezembro de 2017, referia-se, principalmente, a aluguéis de imóveis vencidos. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, houve a renegociação dos contratos de locações de algumas unidades operacionais e, conseqüentemente, houve também o acordo entre a Sociedade e a locadora para pagamento desses aluguéis vencidos ao longo do exercício de 2018. Os juros e multas foram reconhecidos no resultado do exercício de 2017.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa Média de Juros</u>	<u>Vencimento Final</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Arrendamentos	15,22% a.a.	Outubro/2022	4.122	1.809
Consórcios	5,96% a.a.	Abril/2022	734	579
Finame	6,04% a.a.	Outubro/2024	1.173	1.450
Capital de Giro	CDI + 5,10% a.a.	Agosto/2021	37.662	45.228
Confirming	16,63% a.a.	Abril/2019	<u>6.367</u>	<u>8.777</u>
			<u>50.058</u>	<u>57.843</u>
Circulante			30.000	42.229
Não circulante			<u>20.058</u>	<u>15.614</u>
			<u>50.058</u>	<u>57.843</u>

O saldo referente ao passivo não circulante possui o seguinte cronograma de pagamentos:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>31/12/2018</u>
2020	12.197
2021	6.683
Após 2022	<u>1.178</u>
	<u>20.058</u>

Na modalidade de arrendamentos, os próprios bens arrendados foram dados como garantias, conforme apresentado na nota explicativa nº 7.

O Confirming é uma linha de crédito que possibilita a antecipação de recursos referentes a prestação de serviços por parte dos fornecedores da Sociedade, sem a necessidade de os fornecedores possuírem linhas de créditos junto aos bancos, visto que utilizam limites aprovados antecipadamente pela Sociedade. A Sociedade visa melhorar o capital de giro por meio do alongamento do prazo de pagamento desses fornecedores. Não há garantias para as operações de Confirming.

A Sociedade possui novas linhas de financiamentos aprovadas e não utilizadas junto a instituições financeiras no montante de R\$15.800 para aquisições de empilhadeiras e outros equipamentos de movimentação para maior eficiência e redução de custo operacional.

A Sociedade assume a responsabilidade como devedora solidária e principal pagadora de transações com interveniência de clientes inadimplentes do cartão de compras Suppliercard da coligada JF Comércio.

Em 31 de dezembro de 2018, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Sociedade não contêm cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros por parte da mesma.

11. DEBÊNTURES

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa Média de Juros</u>	<u>Vencimento Final</u>	<u>31/12/2018</u>
Debêntures	CDI + 4,0% a.a.	Dezembro/2020	<u>28.622</u>
			<u>28.622</u>
Circulante			14.374
Não circulante			<u>14.248</u>
			<u>28.622</u>

O saldo referente ao passivo não circulante possui o seguinte cronograma de pagamentos:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>31/12/2018</u>
2020	<u>14.248</u>
	<u>14.248</u>

Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2017, foi aprovado os termos e as condições da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia real e fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da Sociedade. De acordo com a escritura de emissão datada de 15 de dezembro de 2017, foram emitidas 45.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo uma emissão total de R\$45.000, com prazo de 36 meses a contar da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 21 de dezembro de 2020 em parcelas mensais, carência de 6 meses para pagamento do principal e custo de CDI+4,00% ao ano. Em janeiro e fevereiro de 2018, ocorreu a distribuição parcial de 38.100 debêntures com valor nominal unitário de R\$1, totalizando o montante de R\$38.100.

Cláusulas restritivas

Com a emissão das debêntures, a Sociedade assumiu a obrigação de manter determinados índices financeiros que serão apurados até o 90º dia contado do encerramento de cada exercício social, dos quais o não cumprimento determinam a antecipação do vencimento das obrigações. Destacamos abaixo os principais índices, onde o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado na ocorrência das seguintes hipóteses:

- i. A relação entre dívida financeira líquida e o EBITDA é superior a 3,5 vezes no exercício findo em 31 de dezembro de 2017; 3,3 vezes no exercício findo em 31 de dezembro de 2018; e 3,0 vezes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.
- ii. A relação entre EBITDA e despesa financeira líquida é inferior a 1,5 vezes no exercício findo em 31 de dezembro de 2017; 1,8 vezes no exercício findo em 31 de dezembro de 2018; e 2,2 vezes no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Sendo:

- Dívida financeira líquida: significa (i) a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos os títulos descontados com regresso, arrendamento mercantil/leasing financeiro e os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional e os passivos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos), menos (ii) as disponibilidades em caixa e aplicações de curto prazo.
- Despesa financeira líquida: significa despesas financeiras menos receitas financeiras. As informações referentes às despesas financeiras e receitas financeiras serão obtidas diretamente das demonstrações contábeis auditadas da Emissora.
- EBITDA: significa o somatório (i) do lucro ou prejuízo com relação ao período acumulado de 12 (doze) meses anteriores, antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias, (ii) das despesas de depreciação e amortização, (iii) do resultado financeiro líquido (despesas - receitas financeiras), considerando variações cambiais, (iv) das despesas e ou receitas não operacionais, (v) das despesas relacionadas com "start up" de novos projetos de expansão ou de novos clientes, e (vi) despesas não recorrentes.

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade está em conformidade com todas as obrigações e índices financeiros requeridos pelas debêntures.

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
PIS e COFINS	2.123	2.448
Imposto Sobre Serviços - ISS	877	843
Imposto Sobre Operações Financeiras - IOF	495	432
ICMS	420	365
Outros	153	153
	<u>4.068</u>	<u>4.241</u>

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisão para férias e encargos sociais	4.911	4.819
Ordenados e salários a pagar	2.966	2.536
Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS	881	930
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	316	326
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	247	242
Outros	526	421
	<u>9.847</u>	<u>9.274</u>

14. IMPOSTOS PARCELADOS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
PIS/ COFINS	602	766
ICMS	99	210
	<u>701</u>	<u>976</u>
Circulante	217	277
Não circulante	484	699
	<u>701</u>	<u>976</u>

O saldo referente ao passivo não circulante possui o seguinte cronograma de pagamentos:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>31/12/2018</u>
2019	183
2020	182
2021 em diante	119
	<u>484</u>

Em 2017, a Sociedade aderiu ao programa de parcelamento dos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e dos débitos com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Em 31 de dezembro de 2018, o débito do parcelamento do PIS será pago em 32 parcelas mensais restantes de aproximadamente R\$2, da COFINS em 32 parcelas mensais restantes de aproximadamente R\$2, da COFINS em 32 parcelas mensais restantes de aproximadamente R\$12 e do ICMS em 10 e 31 parcelas mensais restantes de aproximadamente R\$3 e R\$1, respectivamente, todos atualizados pela variação da taxa Selic.

Não há garantia para estes parcelamentos.

15. PROVISÃO PARA RISCOS

A Sociedade é polo passivo em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e outros assuntos.

A Administração da Sociedade, com base em informações de seus assessores jurídicos, da análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência no desfecho de julgamento anterior, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas.

A movimentação da provisão constituída atrelada a esses processos está apresentada a seguir:

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	292	237	529
Adições	896	248	1.144
Reversão	<u>(327)</u>	<u>-</u>	<u>(327)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	861	485	1.346
Adições	2.536	-	2.536
Reversão	<u>(609)</u>	<u>(480)</u>	<u>(1.089)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>2.788</u>	<u>5</u>	<u>2.793</u>

A provisão para riscos trabalhistas consiste, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a verbas decorrentes da relação de emprego. A provisão para riscos cíveis refere-se substancialmente a ações objetivando o recebimento de valores de produtos vendidos, bem como indenizações pelos danos morais.

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível no montante de R\$2.855 (R\$1.374 em 2017), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

O saldo de depósitos judiciais registrados no ativo não circulante possui vinculação com os processos acima mencionados.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade não reconhece imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal e base de contribuição negativa devido aos efeitos da reestruturação societária descrita na nota explicativa nº 1, que resultará na incorporação da Sociedade por sua coligada Stock Tech, impossibilitando o aproveitamento destes créditos. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Os valores de compensação em 31 de dezembro de 2018 são os seguintes:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.090	2.317
Provisão para riscos	2.793	1.346
Provisão para obrigações trabalhistas	2.020	1.545
Provisão para outras contas a pagar	1.353	3.508
Pagamento baseado em ações	933	933
Outros	<u>463</u>	<u>3.036</u>
Base imposto de renda e contribuição social	8.652	12.685
Alíquota combinada	34%	34%
Total imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>2.942</u>	<u>4.313</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos:		
Provisão para receita não faturada	(12.636)	(12.204)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Base reavaliação ativos	(3.176)	(3.830)
Base capitalização de juros	<u>(1.085)</u>	<u>(1.241)</u>
	(16.897)	(17.275)
Alíquota combinada	34%	34%
Total imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u>(5.745)</u>	<u>(5.873)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	<u>(2.803)</u>	<u>(1.560)</u>

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 14, por meio do Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, a Sociedade liquidou os débitos dos parcelamentos de PIS, COFINS e INSS registrados até 31 de dezembro de 2016 com o pagamento em espécie de 5% do valor da dívida consolidada e a liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de contribuição negativa, o que resultou na compensação de créditos referentes a prejuízo fiscal e base de contribuição negativa no montante de R\$10.696, os quais não se estavam integralmente reconhecidos e, conseqüentemente, impactaram o resultado do exercício.

b) Conciliação da despesa do resultado de imposto renda e contribuição social

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
(Lucro) Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	3.851	(12.475)
Alíquota combinada	34%	34%
Crédito de imposto de renda e contribuição social	<u>(1.309)</u>	4.242
Ajustes para demonstração de taxa efetiva:		
Compensação (utilização) de créditos sobre prejuízo de anos anteriores	(1.062)	3.529
Constituição de IR/CS diferidos sobre prejuízo fiscal	703	(1.077)
Adições permanentes (doações e despesas indedutíveis)	<u>26</u>	<u>(367)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(1.642)	6.327
Correntes	(399)	-
Diferidos	<u>(1.243)</u>	<u>6.327</u>
	<u>(1.642)</u>	<u>6.327</u>

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social é de R\$43.994 e está representado por ações assim demonstradas:

Acionista	31/12/2018 e 2017					
	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
JFLOG Participações S.A.	21.609.015	99,9	2.182.820	94,0	23.791.835	99,41
Outros acionistas	<u>3</u>	<u>0,1</u>	<u>140.483</u>	<u>6,0</u>	<u>140.486</u>	<u>0,6</u>
	<u>21.609.018</u>	<u>100,0</u>	<u>2.323.303</u>	<u>100,0</u>	<u>23.932.321</u>	<u>100,0</u>

Em 20 de maio de 2017, por meio de Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social da Sociedade, mediante a emissão de 1.000 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão total no valor de R\$11.520, aumento este que foi integralmente

subscrito e integralizado pela acionista JFLOG Participações S.A. por meio do adiantamento do futuro aumento de capital realizado em 2016. Do preço total de emissão de R\$11.521, R\$1 foi destinado à conta de capital social a título de aumento de capital da Sociedade, passando de R\$43.993 para R\$43.994 e o saldo remanescente de R\$11.520 foi destinado à conta de reserva de capital da Sociedade, a título de ágio na subscrição das ações. Ademais, foi aprovado o aumento do capital da Sociedade, mediante a emissão de 1 ação preferencial classe A, 1 ação preferencial classe B, 1 ação preferencial classe C e 1 ação preferencial classe D, aumento este que foi integralmente subscrito e integralizado.

b) Reserva de capital - pagamento baseado em ações

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de maio de 2017, os acionistas da Agro Improvement aprovaram o plano de pagamento baseado em ações para profissionais selecionados. A reserva de pagamentos baseados em ações foi impactada pela despesa de R\$933 em 31 de dezembro de 2017 (vide nota explicativa nº 24).

c) Ações em tesouraria

Em reunião realizada em 10 de julho de 2014, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações preferenciais e ordinárias de emissão da própria Sociedade, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução de capital social, nos termos do seu Estatuto Social. No decorrer do exercício de 2014 a Sociedade adquiriu ações de 23 acionistas, pelo valor de R\$1.730, correspondentes a 572.786 ações preferenciais e 10.528 ações ordinárias, no decorrer do exercício de 2015 a Sociedade adquiriu ações de mais três acionistas, pelo valor de R\$1.007, correspondentes a 213.032 ações preferenciais e 186.119 ações ordinárias, e no decorrer do exercício de 2018 a Sociedade adquiriu ações de mais três acionistas, pelo valor de R\$100, correspondentes a 30.599 ações preferenciais. Ambas as ações foram mantidas em tesouraria.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à reserva de reavaliação registrada em 2005 e considerada como custo atribuído dos ativos imobilizados da Sociedade em decorrência da adoção inicial dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

e) Reserva para retenção de lucros

Corresponde aos lucros remanescentes após destinação para reserva legal, reserva estatutária e proposta de distribuição de dividendos, visando, principalmente, atender seus projetos de investimentos.

A destinação do saldo de reserva de retenção de lucros é deliberada por ocasião da Assembleia Geral Ordinária de acionistas. Em função do prejuízo acumulado a Sociedade não constituiu reserva legal em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de pagamentos de dividendos é de R\$5.305 (R\$8.116 em 2017), conforme mencionado na nota explicativa nº 5.

f) Dividendos

De acordo com o Estatuto da Sociedade, os acionistas têm o direito a dividendos mínimos obrigatórios de 5% do lucro líquido do exercício ajustado na forma dos artigos 189 e 202 da Lei nº 6.404/76, sendo facultada a deliberação em Assembleia Geral Ordinária de percentagem diversa ou mesmo a retenção de todo o lucro líquido do exercício.

Em 3 de julho de 2017, em reunião realizada pelo Conselho de Administração da controladora JFLOG Participações S.A., foi aprovada a distribuição de dividendos aos acionistas detentores de ações preferenciais no montante de R\$11.520, com base na reserva de capital constituída conforme ata da assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 20 de maio de 2017.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita operacional bruta		
Armazenagem	172.034	151.454
Transporte	16.886	15.649
Locação de espaço	<u>13.091</u>	<u>20.858</u>
	202.011	187.961
Deduções da receita bruta		
ICMS	(1.400)	(1.290)
PIS	(3.332)	(3.097)
COFINS	(15.347)	(14.266)
ISS	(5.455)	(4.638)
Cancelamento de serviços	<u>(1.397)</u>	<u>(1.380)</u>
	(26.931)	(24.671)
Receita operacional líquida	<u>175.080</u>	<u>163.290</u>

Em linha com a reestruturação operacional da Sociedade e mudança de perfil dos contratos de prestação de serviços da modalidade "spot" para contratos de longo prazo e aliado ao fortalecimento do relacionamento comercial com os principais clientes, a Sociedade possui contratos estruturados e assinados de prestação de serviços e/ou locação de espaço com cláusulas denominadas "take or pay". Em 31 de dezembro de 2018, os valores nominais (valor do "take or pay" mensal vigente acumulado até o vencimento do contrato) garantidos em contrato estão apresentados a seguir:

<u>Armazém</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Valor nominal</u>
Bauru	Julho/2022	36.098
Jarinu	Maio/2021	24.591
Londrina II	Dezembro/2019	11.501
Uberlândia II	Dezembro/2019	7.767
Cachoeira Dourada	Novembro/2020	7.696
Santa Helena de Goiás II	Março/2020	6.441
Santa Helena de Goiás	Julho/2020	5.587
Limeira	Outubro/2021	5.512
Bebedouro I	Dezembro/2019	4.958
São José dos Campos	Maio/2019	4.207
Cuiabá	Agosto/2019	3.672
Outras localidades		<u>11.398</u>
		<u>129.428</u>

Os contratos a vencer ao longo de 2019 e que estão em processo final de renovação totalizam R\$121 mil.

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Sociedade apresentou as demonstrações do resultado utilizando uma classificação dos custos e das despesas baseada na sua atividade. As informações sobre a natureza desses custos e despesas reconhecidas na demonstração do resultado estão apresentadas a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Gastos com pessoal	(68.061)	(62.276)
Transportes de terceiros	(29.960)	(28.990)
Depreciação e amortização	(13.130)	(12.471)
Aluguel (a)	(15.352)	(23.776)
Energia elétrica	(10.270)	(9.112)
Serviços profissionais contratados	(11.082)	(12.591)
Viagens e estadias	(1.423)	(1.348)
Conservação e manutenção	(3.976)	(4.687)
Locação de equipamentos	(2.027)	(1.727)
Insumos da operação	(3.672)	(4.927)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(576)	(1.313)
Outros	(2.561)	(1.562)
	<u>(162.090)</u>	<u>(164.780)</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	(145.646)	(148.927)
Despesas comerciais	(2.040)	(3.058)
Despesas administrativas e gerais	(16.875)	(16.202)
Outras receitas operacionais, líquidas	2.471	3.407
	<u>(162.090)</u>	<u>(164.780)</u>

- a) Conforme Instrumento Particular de Cessão e Transferência de Direitos e Obrigações a Contrato de Locação de Imóvel Comercial e Outras Avenças assinado em janeiro de 2018, a Sociedade cedeu e transferiu à coligada JF Comércio o contrato de locação do armazém localizado em Jarinu-SP, onde a coligada JF Comércio desenvolve suas atividades operacionais. Os compromissos relacionados a esse contrato são de aproximadamente R\$5.402 por ano. Além disso, a Sociedade realizou a locação de um imóvel de caráter temporário em Cuiabá-MT, com a finalidade de prestar serviços de armazenagem para um cliente, no valor total de R\$852. Por esses motivos, o custo com aluguel da Sociedade reduziu no exercício de 2018, comparativamente, ao exercício de 2017.

Custos de novas operações

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Sociedade reconheceu custos pré-operacionais relacionados com o início de novas operações. Tratam-se de projetos de expansão e otimização da sua base de operações que visam a abertura de novos armazéns e atendimento de um maior volume de clientes, que possam demandar ajustes na infraestrutura do armazém ou ajustes em processos de negócios. As novas operações exigem investimentos da Sociedade para formar funcionários e preparar o armazém para as futuras operações. A Administração avaliou e segregou referidos custos e despesas relacionados ao início de novas operações somente para fins de divulgação e estão apresentados a seguir (critério de segregação não auditado pelos auditores independentes):

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Gastos com pessoal	(12)	(707)
Transporte de Terceiros	-	(250)
Aluguel	-	(234)
Serviços profissionais contratados	(52)	(249)
Viagens e estadias	(2)	(120)
Conservação e manutenção	(114)	(858)
Locação de equipamentos	(3)	(28)
Insumos da operação	(25)	(496)
Outros	(209)	(31)
	<u>(417)</u>	<u>(2.973)</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	(296)	(3.081)
Despesas administrativas e gerais	(1)	(11)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(120)	119
	<u>(417)</u>	<u>(2.973)</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas financeiras decorrentes de:		
Juros recebidos	1.803	2.872
Rendimentos auferidos sobre aplicações financeiras	1.044	146
Outras receitas financeiras	538	108
	<u>3.385</u>	<u>3.126</u>
Despesas financeiras decorrentes de:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.271)	(10.197)
Juros e multas de mora sobre outros passivos	(1.084)	(2.426)
Descontos concedidos	(215)	(175)
Despesas bancárias	(907)	(1.066)
Despesas com debêntures apropriadas	(3.900)	-
Outras despesas financeiras	(147)	(247)
	<u>(12.524)</u>	<u>(14.111)</u>
Resultado financeiro	<u>(9.139)</u>	<u>(10.985)</u>

21. PREJUÍZO POR AÇÃO

A tabela a seguir demonstra o resultado básico e diluído por ação:

Básico e diluído	31/12/2018			31/12/2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Lucro (prejuízo) do exercício	2.049	160	2.209	(5.689)	(459)	(6.148)
Denominador						
Número médio de ações durante o exercício deduzido das ações em tesouraria (milhares)	21.598	1.710		21.598	1.741	
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído - R\$	0,09	0,09		(0,26)	(0,26)	

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Sociedade não tinha potencial para diluição de ações ordinárias e, conseqüentemente, o lucro (prejuízo) por ação diluído é equivalente ao lucro (prejuízo) por ação básico, conforme apresentada na demonstração do resultado do exercício.

22. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

A movimentação patrimonial que não afetou o fluxo de caixa da Sociedade é apresentada a seguir:

	<u>31/12/2017</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital	<u>11.521</u>
	<u>11.521</u>

23. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Os principais passivos financeiros da Sociedade referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos e os principais ativos financeiros da Sociedade referem-se a caixa, contas a receber de clientes, adiantamentos a fornecedores e depósitos judiciais.

A Sociedade está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez e sua Administração supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos a seguir:

a) Risco de mercado

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Sociedade, englobam somente o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos.

As operações da Sociedade estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação às variações de taxas de juros. A Sociedade utilizou-se de instrumentos financeiros derivativos para a proteção contra esses fatores de risco.

Em 31 de dezembro de 2018, os valores dos instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos "Swap", são resumidos a seguir:

<u>Tipo</u>	<u>Valor de referência</u>	<u>Termos e condições</u>	<u>Posição</u>	<u>Valor justo</u> <u>2018</u>
"SWAP" de moeda nacional	R\$3.090	Ponta ativa: taxa de 15,2909%		<u>21</u>
		Ponta passiva: taxa de 6,5%		<u>21</u>

O contrato de Double No Touch - DNT consiste em validar se dentro do período de vigência da operação, a cotação do Dólar Americano ficará dentro dos limites estabelecidos no registro. Os limites desse contrato são de R\$3,74 e R\$3,97, sendo a cotação máxima e mínima.

b) Risco de taxas de juros

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Sociedade ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas de juros variáveis.

A Sociedade monitora as flutuações das diversas taxas de juros atreladas aos seus ativos e passivos monetários e, em caso de aumento da volatilidade dessas taxas, pode vir a operar com derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos, instrumento este normalmente não utilizado pela Administração em face dos riscos inerentes.

Com base nas análises realizadas, o impacto sobre o lucro, depois do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, com uma variação de +25% e -25% na taxa de juros corresponderia a um aumento ou redução conforme apresentado a seguir:

Instrumentos	Valor	Encargos financeiros	Taxa	25%	-25%
	contábil 31/12/2018			Ganho (perda)	Ganho (perda)
Aplicações financeiras	19.870	CDI	6,40%	318	636
Mútuos	24.957	CDI	6,40%	399	799
Empréstimos e financiamentos	(37.662)	CDI	6,40%	(603)	(1.205)
Debêntures	(28.622)	CDI	6,40%	(458)	(916)
	<u>(21.457)</u>			<u>(344)</u>	<u>(686)</u>

c) Risco de crédito

É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito são representados, principalmente, pelas disponibilidades e contas a receber.

Contas a receber de clientes

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e às políticas estabelecidas pela Administração da Sociedade em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada periodicamente em base individual para os principais clientes.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Sociedade, de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e no limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Sociedade ao risco de crédito em relação aos componentes dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é o valor registrado na rubrica "Caixas e equivalentes de caixa", no balanço patrimonial.

d) Risco de liquidez

Representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

O risco de liquidez é gerenciado pela Sociedade, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Sociedade gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade recebeu recursos de sua coligada JF Pinhais decorrentes da captação de mútuo e da liquidação antecipada dos adiantamentos realizados a esta coligada na rescisão do contrato de locação de longo prazo, conforme mencionado na nota explicativa nº 5. Essas operações, que permitiram o alargamento do prazo médio para pagamento de dívidas da Sociedade e suas coligadas para 19 meses, estão relacionadas a operação de emissão dos Certificados Recebíveis Imobiliários – CRI, realizado pela coligada JF Pinhais, com vencimento final em 30 de outubro de 2023. Além disso, conforme mencionado na nota explicativa nº 11, foi aprovada a 2ª emissão de debêntures da Sociedade, sendo que em janeiro de 2018, ocorreu a distribuição parcial das debêntures com vencimento em dezembro de 2020. Por meio dessas operações estruturadas, a Sociedade passa a ter recebíveis livres de garantia, possibilitando a realização de novas operações financeiras. Com essas medidas na estrutura financeira da Sociedade e suas coligadas, a Administração objetiva reverter a situação de capital circulante líquido negativo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

24. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de maio de 2017, os acionistas da Agro Improvement aprovaram o plano de pagamento baseado em ações (“plano”) para profissionais selecionados a exclusivo critério do conselho ou do comitê, conforme o caso, dentre os administradores, empregados e prestadores de serviços da Agro Improvement ou outras entidades sob o seu controle. São considerados beneficiários do plano os administradores, empregados e prestadores de serviços da Agro Improvement e suas controladas que receberem opções de compra de ações outorgadas segundo o plano.

Em 2 de maio de 2017, os administradores da Sociedade elegíveis ao plano, assinaram contrato de outorga de opção de compra de ações, tornando-se seus beneficiários.

O plano tem por objetivo conceder aos beneficiários o direito de se tornarem acionistas da Agro Improvement. Este direito está sujeito a determinadas condições a serem impostas pela Agro Improvement e visa: (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução do objeto social da Agro Improvement; (ii) obter um maior alinhamento dos interesses dos beneficiários com os interesses dos acionistas e da Agro Improvement; e (iii) possibilitar à Agro Improvement ou outras entidades sob o seu controle atrair e reter os beneficiários.

As opções poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal de emissão da Agro Improvement, sem direito a voto, com prioridade na distribuição de dividendo fixo anual no valor de um centavo de real por ação que não exceda o montante máximo e cumulativo de 4,90% do total de ações de emissão da Agro Improvement.

As opções outorgadas aos beneficiários são divididas em quatro lotes anuais e, também, em parcelas temporal e de performance, conforme abaixo:

- a) O exercício da parcela temporal está condicionado única e exclusivamente aos prazos de carência correspondente ao tempo em que os beneficiários permanecerem como administrador, empregado e/ou prestador de serviços da Agro Improvement, conforme tabela atribuída a cada beneficiário. Corresponde a 35% do total das opções outorgadas aos beneficiários.
- b) O exercício da parcela de performance está condicionado cumulativamente aos seguintes critérios: (i) aos prazos de carência correspondentes ao tempo em que os beneficiários permanecerem como administrador, empregado e/ou prestador de serviços; e (ii) à verificação de um evento de liquidez envolvendo a Agro Improvement ou outras entidades sob o seu controle, cujo múltiplo de avaliação atribuído às entidades, comparativamente, ao "equity value" de entrada seja equivalente a, no mínimo, 1,10 apurados conforme tabela de múltiplos atribuído a cada beneficiário. Corresponde a 65% do total das opções outorgadas aos beneficiários.

As opções poderão ser exercidas até o prazo final e extintivo de 10 anos a contar da data de assinatura do contrato de outorga de opção de compra de ações, após o qual as opções não exercidas caducarão automaticamente.

As opções foram precificadas de acordo com o modelo binomial, pois não há data específica de exercício para as opções temporais e, também, é o modelo que melhor se adequa às outras características dos contratos, particularmente, às muitas variáveis de conversão dos lotes de performance.

A tabela a seguir demonstra o total do valor justo das opções concedidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e as premissas utilizadas na aplicação do modelo de precificação das opções:

Parcela temporal	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Total
Total de opções de ações outorgadas - em lotes de mil	683	683	683	683	2.732
Preço de exercício na data da outorga - R\$ por ação	1,09	1,09	1,09	1,09	
Valor justo na data da outorga - R\$ por ação	0,16	0,16	0,16	0,16	
Valor total - em milhares de reais - R\$	109	109	109	109	435
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos	
Prazo de carência	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	
Volatilidade esperada	31,79%	31,79%	31,79%	31,79%	
Taxa de juros livre de risco	7,34%	7,34%	7,34%	7,34%	
Parcela de performance					
Total de opções de ações outorgadas - em lotes de mil	1.342	1.342	1.342	1.342	5.368
Preço de exercício na data da outorga - R\$ por ação	1,09	1,09	1,09	1,09	
Valor justo na data da outorga - R\$ por ação	0,09	0,09	0,09	0,09	
Valor total - em milhares de reais - R\$	124	124	124	124	498
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos	
Prazo de carência	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	

O valor justo total das opções outorgadas, resultante do quadro acima, é de R\$435 da parcela temporal e R\$498 da parcela de performance, totalizando o valor de R\$933, contabilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 como reserva de pagamentos baseados em ações (vide nota explicativa nº 17.b) com contrapartida em conta de despesa administrativa.

A tabela a seguir concilia as opções de compra de ações em aberto no início e no fim do exercício:

Em lotes de mil

Em 31 de dezembro de 2016	-
Opções outorgadas durante o exercício	9.125
Opções extintas durante o exercício	<u>(1.024)</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u>8.101</u>

De todas as outorgadas acima, nenhuma foi exercida até o momento, e das 8.101 mil opções em aberto, 5.401 mil são exercíveis em 31 de dezembro de 2018. Durante o exercício de 2018, não houve opções outorgadas e/ou extintas.

25. COMPROMISSOS

A Sociedade possui contratos de locação de imóveis e os compromissos futuros relacionados a esses contratos são de R\$12.137 em 2019, R\$11.164 em 2020 e R\$100.974 de 2021 até 2032.

26. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para o embarque das mercadorias, por valores considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas (informação sobre a suficiência para cobrir eventuais perdas não auditada por auditores independentes).

Os contratos de seguros existentes em 31 de dezembro de 2018 são os seguintes:

<u>Bens segurados / Vigência</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Cobertura máxima</u>
Edifícios, máquinas e equipamentos, móveis, utensílios e mercadorias Vigência: dezembro/2019	Incêndio, raio, explosão, implosão fumaça e queda de aeronaves	189.500
	Vendaval, tornado, granizo, impactos de veículos e queda de aeronaves	5.000
	Roubo e furto mediante arrombamento	300
	Responsabilidade civil operações	500
	Danos elétricos	3.000
	Equipamentos móveis	3.271
	Deterioração de mercadorias em ambientes refrigerados	3.000
	Equipamento eletrônicos (sem roubo) e despesas de com sinistros	645
	Equipamento estacionários	500
	Movimentação interna	3.000
	Inclusão e exclusão de bens e/ou locais	15.000
	Lucros cessantes (despesas fixas)	15.000
	Aluguel e perda decorrente de incêndio / tumulto e movimentação interna	3.480
	Alagamento e inundação	1.000
	Incêndio, raio, explosão, implosão fumaça e queda de aeronaves	15.000
	Vendaval, tornado, granizo, impactos de veículos e queda	15.000
	Frota de veículos Vigência: novembro/2019	Casco
Roubo ou furto		100% Tabela Fipe
Danos materiais		500
Danos corporais		1.000
Danos morais		100
Acidentes pessoais por passageiros - invalidez		25
Acidentes pessoais por passageiros - morte	25	

<u>Bens segurados / Vigência</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Cobertura máxima</u>
Responsabilidade civil e Ambiental Vigência: janeiro/2020	Reclamações de terceiros relativas, substancialmente, a: Danos pessoais e danos materiais que ocorrem fora do local Despesas de limpeza ("clean-up") fora do local Transporte - danos pessoais e danos materiais	5.000
Transporte de mercadorias Vigência: novembro/2019	Colisão e/ou capotagem e/ou abalroamento e/ou tombamento do veículo transportador, incêndio ou explosão no veículo transportador, furto simples ou qualificado ou extorsão	500 (por embarque)

A cobertura máxima corresponde ao valor máximo das coberturas para diversas localidades seguradas.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Adiantamentos a terceiros

A prestadora de serviços de transportes Tiradentes possui uma dívida com a Sociedade. Em 31 de dezembro de 2018, a dívida estava registrada na rubrica de Adiantamentos a terceiros. A Tiradentes pretende efetuar o pagamento da dívida junto à Sociedade, sendo estabelecido prazo e forma de pagamento da dívida conforme Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças assinado em 18 de março de 2019.

A Tiradentes compromete-se a liquidar o valor total da dívida no prazo de 36 (trinta e seis) meses, sendo que este valor será ajustado "pro rata temporais" pela variação do CDI desde a data da assinatura do Instrumento até a data do efetivo pagamento da dívida. Em caso de atraso, a Sociedade poderá compensar o valor não pago referente à parcela vencida do pagamento da fatura de prestação de serviços subsequente.

Atualmente, a Sociedade possui um contrato de prestação de serviços de transporte terrestre de cargas com um valor mínimo de faturamento anual, significando que, caso os serviços solicitados pela Sociedade no período de um ano não somem o valor mínimo de faturamento anual estipulado, e desde que o não atingimento do valor não tenha ocorrido por culpa da Sociedade, será devido o valor mínimo de faturamento anual.

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2019.